

ATRIBUNA

JORNAL DEDICADO AOS INTERESSES MORAES E MATERIAES DA PROVINCIA

Assinatura mensal 15000

Nº m. avulso 250 reis.

TYPOGRAPHIA E REDACÇÃO — RUA DOS DEZEMBRO N...
COMERCIO COMUM

ANNO IV.

CUVABA, 22 DE NOVEMBRO DE 1888.

N. 158

RESENHA DA SEMANA

Jury. — Entrou em julgamento no tribunal do jury no dia 19 do corrente, o tenente José Messias Ferreira Pires, acusado do crime de morte na pessoa de Anna Saturnina de Mello.

Foi seu defensor o notável advogado major João Maria de Souza, que desenvolveu a defesa com brilhantismo.

O julgamento pela sua importância chamou muito a atenção pública e numeroso auditório concorreu ao edifício da Camara Municipal, para assistir o.

A leitura do processo teve começo a 1/2 hora mais ou menos da tarde, tanto lugar a acusação a 1 hora e 40 minutos.

Esta tarefa que foi longa por isso que o jóven promotor procurou com cores negras acercar o delicto com diversas peripécias, tomou por sua vez boa parte da tarde.

Finda a acusação, que como sabem os que assistiram o julgamento, foi vehementemente major João Maria teve a palavra e combateu com habilidade ponto por ponto a acusação, firmando mais uma vez seu merecido conceito na tribuna judicária.

Apoz a defesa foram convidados pelo snr. Dr. Presidente do Tribunal os Drs. Lobo e

Malhado, incumbidos do corpo de delicto em Anna Saturnina para sustentarem as respostas dos quesitos da polícia que lhes foram propostos para examinarem o ferimento da infeliz e os mesmos sustentaram o exame procedido, contrabatido poderosamente para a absolvição do acusado as explicações do último.

Répliqueu o novel promotor público a defesa, mas noutro terreno, isto é, no da impecíencia ou imprudência, talvez por que na explicação dada pelo snr. Dr. Malhado, que da calheira espargiu a luz ao julgamento, reconhecesse o nobre orgão da justiça pública, não ter ido bem e sim mal.

Depois da réplica, que ao nosso ver já tornava se desnecessária, tomou finalmente a palavra o illustre advogado do acusado, que combatendo vantajosamente as proposições da Procuradoria, terminou pedindo a absolvição de seu cliente por julgal-o inteiramente inocente.

Formulados os quesitos pelos presidentes do tribunal, foram os juizes de sentença recolhidos à sala de suas deliberações e depois de larga demora voltaram ao salão das sessões com as respostas das mesmas, favoráveis por unanimidade a absolvição do acusado.

Lidas as respostas e enre-

gues ao presidente do tribunal, este absolveu o réu e apelou da decisão dos jurados para o Tribunal da Relação.

Câmara Municipal de Rio Claro. — Esta Câmara solicitou da Assembléa Provincial uma verba de dois contos de reis para construção de seu respectivo Paço.

O Ilustrado snr. Dr. Moraes Mattos, apresentou uma emenda pedindo que fosse de cinco contos a verba sollicitada pela mesma Câmara, ponderando a Assembléa que de 2,000.000\$ era insignificante, em vista do fim a que era destinada a verba pedida.

Houve eloquente debate à respeito, e não tendo ainda a Assembléa resolvido definitivamente, deixamos de dar hoje plena solução do assunto.

Cemiterios públicos. — Pelo Sr. deputado Flávio de Mattos, foi apresentado à Assembléa Provincial no dia 20 do corrente, um projecto de lei considerando propriedades da província os Cemiterios públicos desta capital e o da freguesia de Pedro II.

Nesse projecto, ordenou-se ficar a cargo da Câmara Municipal a administração dos mesmos cemiterios, incumbindo-se à Santa Casa da Misericórdia do serviço funerário, cabendo lhe os rendimentos que dos mesmo serviço resultar.

Precede o à apresentação do judicioso projecto um longo mas bem elaborado discurso, no qual firmou o digno deputado o seu *desideratum*, corroborando-se em diversos e valiosos documentos que comprovam o direito da província aos mesmos cemitérios.

Esperamos que como elle, saibão os seus honrados colegas compreenderem só da importância do projecto, auxiliando-o patrioticamente no justo e nobre committedimento de fazer reverberá província o que lhe pertence; mas que por uma tolerância e indiferença indisculpáveis dos sucessivos governos da província, achão-se em poder da autoridade eclesiástica.

No nosso paiz, os cemitérios estão quasi que exclusivamente entregues às municipalidades, portanto, os destes províncias não podem continuar excepcionais, unicamente por contemplação a autoridade diocesana.

Sobre estes Estabelecimentos já tratara em 1378 o sindico Dr. Pedrossa, de saudosa recordação; mas infelizmente, tão justas pretenções, que eram as mesmas de hoje, não chegaram ao fim que tinha em vista o ilustrado ex presidente, p. la sua poca demora nesta província.

Actualmente, portanto, deve o corpo legislativo resolver esse facto definitivamente, chamando desde já ao diajão da província os eclesiásticos, os quais pelos dados exhibidos pelo nobre deputado autor do projecto, justificam a verdadeira propriedade.

Hymnus. — Celebrar-se hontem ás 5 horas da tarde,

na Sé Cathedral, o casamento da Exm^a Sra. D. Francisca Maria de Souza Ponce com o sur. cadete André Corsino de Oliveira Bastos.

O acto esteve solene.

Aos noivos, aos quais novos dias se descontinam no horizonte da vida, apresentamos os nossos parabens, fazendo votos para que sejam felizes e ditosos no lar conjugal.

Festas no Coxipó do Ouro. — Neste povoado, conforme o convite do festeiro do Divino Espírito Santo, celebra-se a festa respectiva constante de rezas em oratório particular; baile, corridas de touros nas tardes de 18 e 19 e outros divertimentos, com muita afluência popular.

Durante os dias da festividade não ocorre de alteração na ordem pública, reinando contentamento geral.

Já se vê que com as rezas em suas casas p. dêm os devotos de qualquer santo dar começo as festas de suas devocões, sendo completamente dispensáveis as missas.

Depois este magnifico exemplo a festa de que nos ocupamos, que sem sacerdote e sem templo para ser realizada, foi levada a effeito religiosamente sem epistolais nem evangelhos!

Armara-se um imponente altar na casa de um católico colocado-se-lhe as insígnias do Espírito Santo e em torno delle os fiéis elevarão as suas preces à Deus!

Deste modo devem abranger os que obrigados á festas de iguas naturas não querem se expôr aos caprichos de quem quer que seja.

TRANSCRIÇÃO.

Da Gazeta da Tarde.

Celebrou-se hontem, com pompa desusada e dantes nunca vista no Rio de Janeiro, a cerimónia da entrega da Rosa de Ouro à Princesa Imperial.

Jamais se reuniram na corte tantos bispos como agora; nem por occasião dos casamentos do imperador e das princesas, nem das solemnidades tão pomposas.

Acreditamos que tudo isso servirá para despertar o zelo da princesa pelas causas da igreja e para activar o seu aferro ás doutrinas ultramontanas, sempre em luta com a sociedade moderna e com as exigências de um século de ciencia e de industria.

Para os monarchistas sinceros que querem conservar as instituições actuais, a pompa excepcional que se deu a essa festa é um symptom, e da peior espécie, pois agora há certeza de que nada se fará pela passagem do projecto de liberdade de cultos, pois, não merecendo este as sympathias do Santo Padre, a princesa, para mostrar a sua gratidão pela distinção que acaba de receber, conseguirá que o governo jamais encaminhe esse assumpto para a sua solução e abrá está mais um craveto na roda da monarchia.

Para os republicanos essa festa é motivo de contentamento e desparta-lhes esperança, pois a monarchia accepta sua idéa de não caminhar para a frente e de fazer toda a especie de concessões ao espirito reaccionario e fanatismo religioso, isto é, á monarchia, mostrando-se pouco sympathica a toda e qualquer reforma democratica, revela-se encinada aos velhos moldes do tempo de Luiz XVIII e de Fernando VII, e o chefe da Estado em vez de mostrar-se soberano democrata e constitucional, como o immortal Victor Emanuel e seu digno filho, o actual rei de Itália, ou como Leopoldo II da Bélgica, que desarmaram

as impacienças democráticas, indo ao encontro della com reformas verdadeiramente liberais, procede como Carlos X, em 1828, quando quasi todo o dia acompanhava procissões com as vestes de membro de confrarias e deixava de receber os ministros, que iam tratar do serviço público, para confessar-se com o celebre conego Révy.

Um soberano constitucional, como o nosso, já tem demasiado poder dentro da lei e não precisa fazer alarde de sua força ou querer alargá-la, em detrimento das conveniências gerais.

A monarquia constitucional é uma espécie de balança entre os três poderes: monárquico, aristocrático e democrático—que se presumem haver concluído um pacto entre si.

O chefe do Estado, hereditário e inviolável, escolhe livremente seus ministros que são os responsáveis.

Propõe e faz executar a lei, cuja discussão e voto não pertencem senão ao povo e à certa classe privilegiada.

O povo é representado por uma câmara de deputados, eleitos por um número de anos fixo, não pela universalidade dos cidadãos, mas pelos privilegiados da riqueza, o que excluiria ordinariamente mais de 19 vidas mas partes dos cidadãos de toda a participação nos negócios públicos.

Quando esta câmara não agrada ao monarca elle a dissolve, cum obrigaçao de convocar os eleitores, em prazo fixo, para eleger outra.

O privilégio é representado pela câmara alta ou senado, encarregada de fiscalizar, aceitar, emendar ou rejeitar as leis votadas pelos deputados.

O soberano, escolhendo todos os funcionários, dispõe de enormes meios de influencia para fazer eleger deputados servis ou para corromper os.

Chefe supremo da força armada, possui também meio de intimidação para os que tiverem vontade de independência.

Escolhe os senadores, sem o

assentimento dos quais a câmara dos deputados nada pode fazer de effeço, mas, dizem os partidários da monarquia, se os senadores são vitalícios segue-se que são independentes do monarca.

É um erro, pois os senadores desejam para seus parentes e protegidos uma série de favores, dependentes só do soberano.

Não se encontra bem todos os prízes, nem em todos os tempos, principalmente no Brasil, uma classe privilegiada, digna de governar.

Em Roma os patrícios que compunham o senado haviam recebido educação sólida e não se pareciam muito com os barões de Estancio e Marçim, Jacinto de Mendonça, Pereira Franco e barão de Souza Queiraz e visconde de Mamanguape.

(Continua.)

CAMPO LIVRE

O País da Corte, em sua edição de 25 de Setembro ultimo, oferece aos seus leitores a seguinte notícia:

« O sr. barão de Diamantino deputado pelo 2.º distrito da província de Matto-Grasso, foi nomeado comandante superior da guarda nacional da comarca de Guaibá. »

E no dia imediato, a 26, publicou sob a rubrica *Apertos*—estas humorísticas quadinhos:

Que honrarias para a pátria!
Um deputado geral
Contemplado e à ventura
Da ser guarda nacional!

Eis como um homem consigue,
Por uma rara exceção,
Num só tempo, duplamente
Representar a nação.

Se a pátria corre perigo,
Tem elle à mão dous recursos:
Ou comanda a bravagente
Ou presuncia discursos.

Que nos dotes da eloquência
Reune aspecto mural;

Pôde ser bom deputado
E bom guarda nacional.

Em casos fias, entretanto,
Não cause estranhos ao mundo,
Se em vez do « Peço a palavra »
Elle brada à A trez de fundo! »

ECHOS LOCAES

Desta vez a Assembléa Provincial secundada pelo sr. presidente da província, e em cumprimento de seus deveres, deixa em regra nos quinhões do órgão clerical e oficial e fora, até a combinação do redactor chefe avulso do cujo:

* * *

Eis o caso:
Na sessão extraordinária da Assembléa em Fevereiro, foi reduzida a subvenção do papelão a quatro contos de reis... e actualmente pôde-se considerar rescindido o contrato entre a província e a empreza do dito órgão em vista da lei n.º 758 que desde já manda por em concorrência a publicação do expediente do governo.

* * *

Ora o redactor chefe clerical e oficial, dizem que percebe 600 mil reis mensais pelo grauusto e dedicado serviço que presta ao seu partido redigindo a folha clerical, logo, não poderá mais perceber os, por isso que agora foi se tudo quanto Martha fio!

* * *

E na verdade era urgente e devia se mesmo acabar com tal negligéncia porque o órgão clerical tornou-se indiferente às censuras dirigidas a administrador, não rebatendo-as as mais das vezes como é de seu dever, revelando-se opositivista encapuzado por amor à teta... e este estado de coisas não podia escapar à perspicacia do Sr. coronel Melo Rêgo e nem ser por elle olhado com indifferença.

* * *

E si é certo, como cremos, que o directorio da flor da gente, a exceção do medico está sempre disposta a abrir-lhe franca e

A TRIGUNA

posta pela não nomeação do sr. Salvador Pompéo ao cargo de inspector da Provincial, deve o sr. Mello Rego castigar a audácia dos insurgentes, mostrando-lhes de que pão é feita a canda.

Reina segundo os factos ultimamente ocorridos grande discordia no seio da pôdre política governista e ignoramos porque ainda não explodiu !

**
A repulsa da proposta do directorio e a sancção da lei n. 738 foi só como um cartel de desafio ao partido conservador; mas elle que comprehenda que « como o amo não devo jogar a péra, » como a raposa acha verde as uvas e por isso não aceita o respto !

**
Eis ali um bom meio delle se conservar no poder... Bem se vê que os partido conservador e bem dito Bernardo de Vasconcellos, que tão bem te cognominau !

**
Os meninos da candidata dizem por ali algures, que quando Nho Vado teve scencia certa de não lhe ter tocado a direcção das finanças porque á elle competia por direito de sucessão, teve uma especie de syncope e como nesse tragico momento estivesse presente um ingles pegou da pena e zaz-trez pediu a sua exoneração da collecaça !

**
Mas como nada que se passa neste mundo fica reputado, os amigos directores souberão logo do arrufo e forão á sua residencia afingar-lhe que tão depressa se transformasse o scenario governamental, que elle e só elle... seria o nomeado e que esse que está de posse será demitido e bem demitido porque assim tem resolvido a Trindade... Que por isso se resignasse e continuasse silencioso na sua collecta !

**
Portanto, o nomeado, que se

agarrá com S Navisco, para que como no presente, interceda no futuro para que o Olympo o tenha em sua graça, Amém.

Compadre Galileu

LIVRAMENTO, 20 DE NOVEMBRO DE 1888.

Consta por aqui que o ex-vigario desta parochia, reverendo Scassaro, dera os de Villa Diogo, deixando o nosso amado diocesano á ver na vias.

Não sabemos como dera-se esse facto, por quanto, ninguem mais amigo delles do que elles mesmos !

Por aqui tudo vai em santa paz, tendo havido muita chuva nestes dias.

N'A Situação da 18 lemos os Estatutos do Seminario pelo padre Teissandier, reitor da couza ; nelle vimos no artigo III as materias de que vai se compôr os cursos preparatorias, notamos porém, que nelles faltaram algumas materias de ensino muito necessarias á quem quer que entre no seminario para se instruir...

Não as declino aqui porque não gosto de intrometer na seara alheia, porém, um homem intelligent verá facilmente quaes são essas materias ; pois que todos nós, padre ou secular, devemos ter noções ainda que longe, dos nossos direitos.

O artigo VI falla em almas do purgatorio em consissão e communhão. Daquellas tenho muito horror e estas como me pretendo casar, não ha remedio, recorrerá á elas.

Protesto contra o artigo VII na proibição a leitura de jornais; isto é querer lan-

car a obscuridade por essa lado aos pobres meninos, deixe já afiço que o meo bêbê Robespierre, lá não irá !

Finalmente, com padroe Galileu ví que elles, os alunos, não poderão nem brincar com pesa a alguma num externa nem interna ; equivalendo isto a uma perfeita reclusão.... Figo !...

Robespierre, que é um menino que já promete.... não pôde ser interno nem externo do Seminario !...

Fico aqui por hoje, compadre, n'outro correto serei mais longo.

Ganganelli Filho.

Dedicação

Por occasião do juro tivemos de observar com prazer o estado de limpeza do quintal da Câmara, onde nem uma formiga poderia esconder-se, sem perigo de ser facilmente vista.

Si o quintal da câmara assim tratado pôde servir de modelo aos municipes, demonstrando-lhes o zelo da edilidade pelo seu seio publico, não poder-se-ha pôr em dúvida que temos uma câmara de mão cheia e que o seu Fiscal é digno de uma estatua que symbolize a sua dedicação ao cargo.

AU REVIR.

ANUNCIO.

Club Democrático

Convi-la-se aos Srs. socios para sessão d'Assemblea Geral, domingo, 25 do corrente, ao inicio dia, em casa do Sr. Vice-Presidente.

Cuiabá, 21 de Novembro de 1888.

A DIRECRIA.